

OS COMPÊNDIOS DAS MATEMÁTICAS NOS ESTUDOS SECUNDÁRIOS¹

Eva Maria Siqueira Alves²

RESUMO

Coloca Chervel (1990) os conteúdos do ensino no centro das discussões sobre as disciplinas escolares, beneficiando-se tal estudo da documentação dos compêndios adotados que expõem o conjunto de conhecimentos. O objetivo desse artigo é investigar os compêndios adotados para uso nas aulas das Matemáticas, utilizando como fontes a legislação educacional, Atas da Congregação e a imprensa. O primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense (1871) elaborado pela Congregação trazia a indicação dos compêndios a serem adotados para as aulas de Aritmética, Álgebra e Geometria: os de Cristiano Benedito Ottoni, que permaneceram em uso até o ano de 1874, devendo ser adquiridos pelos alunos, não podendo "ao seu bel prazer" substituí-los, apregoa a legislação. Rege ainda a palavra da lei que os compêndios, antes de serem adotados deveriam ser submetidos a uma comissão que daria parecer sobre o mérito dos mesmos, priorizando os escritos por sergipanos em igualdade de condições. Para Sacristán (2000), analisar os livros adotados em uma disciplina nos aproxima mais da efetivação daquele saber, do consumido pelos professores e alunos. Dentro dessas perspectivas, evidencia-se da documentação analisada, que as obras indicadas recebiam denominações restritas, ou seja, não são expostas outras referências essenciais, como nome completo da obra, do autor, ano da edição, ou qualquer outro dado informativo e identificador, o que permite inferir serem obras conhecidas daquele grupamento social que as adotaria.

Palavras-chave: atheneu sergipense, estudos secundários, história das disciplinas, livros didáticos, matemática

INTRODUÇÃO

De caráter preparatório, a instrução secundária brasileira do século XIX tinha como um dos principais objetivos, preparar sua

1 Ampliação do texto apresentado no I Simpósio Internacional Livro Didático: Educação e História, realizado de 5 a 8 de novembro de 2007 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

2 Professora da Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Educação, Mestrado e Doutorado em Educação. E-mail: evas@ufs.br

clientela para o ingresso nas academias superiores. A categoria de equiparação fazia parte das diferentes estratégias de controle e normatização do ensino secundário, consolidando o Colégio de Pedro II como padrão dos colégios secundários particulares e oficiais que surgiam nas províncias.

A preocupação em Sergipe, como em outras províncias do Brasil no século XIX, concentrava-se na criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia, reunindo em um só local as matérias exigidas nos exames de Preparatórios para o ingresso nas Academias do Império, de modo que seus filhos não mais necessitassem sair dos limites do seu torrão natal, para estudar em outros locais.³

Coube ao Inspetor Geral da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, organizar o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870, assinado pelo Presidente da Província de Sergipe, o Coronel Francisco José Cardoso Júnior, criando o Atheneu Sergipense com os cursos de Humanidades e o Normal.

Examinando os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense foi possível afirmar por meio das evidências da documentação a presença das Matemáticas desde os primeiros momentos de organização dos estudos secundários em Sergipe. Se não com tal terminologia, ao menos com rubricas específicas de seus ramos, como a cadeira de Geometria, ministrada no Liceu de São Cristóvão em 1833, a de Aritmética, Geometria e Trigonometria, lida no Liceu de São Cristóvão, no período de 1848 a 1855, a de Álgebra, Geometria e Trigonometria no Liceu Sergipense em 1862, a de Aritmética, Álgebra e Geometria no Atheneu Sergipense em 1870, a de Matemática Elementar também no Atheneu Sergipense em 1905, e finalmente a de Matemática no Atheneu Pedro II, em 1931.

O objetivo desse artigo é investigar os compêndios adotados para uso nas aulas das Matemáticas do Atheneu Sergipense, utilizando como fontes a legislação educacional, Atas da Congregação e a imprensa.

³ Muito embora a legislação indique o Colégio de Pedro II como padrão das escolas secundárias no período, estudos têm mostrado particularidades dos Liceus Provinciais em relação, por exemplo, a seleção das disciplinas que compunham os planos de Estudos, a indicação dos compêndios a serem adotados, a carga horária estabelecida, elementos que indicam ter havido construções próprias dos intelectuais locais baseados na formação cultural dos agentes envolvidos na criação e constituição dos Liceus (ver Alves, 2005).

A HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS: UM CAMPO DE PESQUISA

André Chervel (1990), ao refletir sobre o campo de pesquisa das disciplinas escolares esclarece que o termo no seu uso escolar designou na França até início do século XX a vigilância de condutas e indica um programa de pesquisa que perpassa por examinar a gênese, a função e o funcionamento das disciplinas.

O historiador inglês Ivor Goodson (1998) ao indagar por que estudar as disciplinas escolares defende como aspecto crucial o estudo da forma e do conteúdo das disciplinas, situando-se numa perspectiva histórica. Já Juliá (2002) orienta para que a história das disciplinas escolares parta dos fenômenos e mecanismos internos à escola, considerando todos os componentes que constituem uma disciplina escolar.

No Brasil as pesquisas em História das Disciplinas Escolares têm sido desenvolvidas por uma gama de autores, que optando por uma matéria específica para pesquisa: História – Munakata, Bittencourt; Matemática – Valente; Educação Física – Oliveira; Espanhol – Picanço; Física – Who, (cf. Oliveira e Ranzi, 2003), penetram nessas disciplinas por meio dos compêndios adotados, movimento de criação, extinção e novas nomenclaturas das cadeiras, pelos objetivos e conteúdos, professores, porém atentos sempre às suas finalidades. Há também aqueles que optam por estudar as diferentes disciplinas de uma determinada instituição como, por exemplo, Pessanha (2004,2008) e Alves (2005), analisando os mesmos elementos para compreender a configuração das disciplinas e da instituição.

Investigando a trajetória do ensino das Matemáticas no Atheneu Sergipense, sua gênese, finalidades e funcionamento, Alves (2005) procurou evidenciar como a cadeira foi organizada, acompanhando o percurso por meio de traços característicos, como sua terminologia, carga horária, as orientações metodológicas, os conteúdos abordados e os professores ministrantes da matéria.

Compactuando com os autores busco investigar a disciplina Matemática, de modo a analisar sua configuração nos estudos secundários em Sergipe por meio dos compêndios adotados. Assim, a direção desse artigo é para os livros adotados nas aulas das Matemáticas, fundamentando-se na proposta de Chervel (1990), quando, ao colocar os conteúdos do ensino no centro das investigações, possibilita, por exemplo, neste caso específico, que os

conhecimentos matemáticos possam ser examinados por meio dos compêndios adotados nos estudos secundários das Matemáticas em Sergipe. Ainda nesse sentido, defende Sacristan (2000) que a análise dos livros adotados para uma disciplina, nos aproxima mais da realidade educativa, da efetivação daquele saber, do consumido pelos professores e alunos, do que os documentos oficiais (cf. Sacristan, 2000, p.138).

OS COMPÊNDIOS DAS MATEMÁTICAS

Diferentes denominações são postas para os livros adotados no período analisado. O termo "compêndio" era o mais utilizado para os livros produzidos com finalidade de ensino, sem qualquer pretensão de originalidade, revela Souza (1999). Intitulavam-se também "Elementos", "Lições", "Manual", "Pontos", "Postilas", "Sinopse", "Tratado", "Preleções". Publicavam-se ainda pequenos livros escolares, sob o título de "Sellectas", excertos escolhidos de diferentes autores "para oferecer aos alunos modelos de estilo, segundo os diversos programas de exames em vigor" (Almeida, 2000, p. 160).

A pesquisa identificou lacunas quanto aos compêndios adotados nas diferentes cadeiras do Atheneu Sergipense. Alguns documentos declaram que os compêndios a serem adotados naquele ano, seriam os mesmos do ano anterior. No entanto, no ano anterior, não há registro identificando as obras. Evidencia-se, da documentação analisada, que as obras indicadas recebiam denominações simplificadas, ou seja, não são expostas outras referências essenciais, como nome completo do exemplar ou do autor e ano da edição, o que permite inferir que eram textos conhecidos daquele grupamento social que as adotaria.

Quanto aos compêndios relacionados ao saber matemático, declarava Pires Almeida, em 1889, que os livros de Aritmética, com raras exceções tinham o mesmo defeito:

não muito práticos, carecem da primeira qualidade que lhes seria tão necessário; quase sempre são apenas reflexos mais ou menos fiéis do ensino dado no Colégio D. Pedro II ou em outros estabelecimentos de instrução secundária. Quando os autores fazem os livros

elementares, pensam mais nos seus rivais que nos alunos; pretendem mostrar que não ignoram nada do que se poderia ensinar sobre a matéria e crêem que nada dizem, se não disserem tudo (ALMEIDA, 2000, p. 161).

Continua Pires Almeida em suas críticas:

A Aritmética de Trajano, organizada conforme o sistema de um dos tratados mais populares nos Estados Unidos, está escrita com clareza e dá desenvolvimento suficiente. A de B. Alves Carneiro, que não é tão clara, é entretanto, do ponto de vista puramente científico, melhor que a precedente. Os tratados de Aritmética, de Álgebra e de Geometria de Christiano Benedito Ottoni são ainda lidos, estudados e consultados com vantagens, apesar das importantes modificações já introduzidas, trazidas no ensino das ciências matemáticas. Assinalamos também uma Geometria do Capitão Duarte, especialmente escrita para alunos do Liceu de Artes e Ofícios; esta obra pode colocar-se entre as primeiras e as melhores, feitas no gênero (ALMEIDA, 2000, p.162).

Das obras citadas, vejamos as indicadas para as aulas do Atheneu Sergipense.

Os primeiros sinais estabelecidos nas peças legislativas examinadas referentes ao Atheneu Sergipense, notadamente ao ensino das Matemáticas, se encontram no Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Estado de Sergipe do ano de 1870, que, no seu Artigo 18, determina aulas de Aritmética, Álgebra e Geometria para o 3º ano do curso de Humanidades e de Aritmética e Geometria para o 2º ano do curso Normal. Portanto, esse saber não se restringia aos candidatos aos Preparatórios, mas eram também necessários aos candidatos ao magistério, formados no Curso Normal daquela instituição.

O primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense, elaborado pelos membros de sua Congregação, trouxe a indicação dos compêndios a serem adotados para as aulas de Aritmética, Álgebra e Geometria: os de Cristiano Benedito Ottoni. Cabia ainda a Congregação (agregado de professores catedráticos ou substitutos em exercício e presididos pelo Diretor da instituição), designar sob a indicação dos respectivos

professores daquela “Casa de Educação Literária” a mudança dos compêndios para as diferentes disciplinas. Era dever dos professores ministrar lições segundo as doutrinas e métodos determinados para o Atheneu, facultando-lhes apartarem-se da doutrina dos compêndios, desde que justificada a opção.

O mineiro Cristiano Benedito Ottoni (1811-1896) era, segundo Valente (1999) “exemplo singular de autor que transitou do ensino técnico-militar para os currículos de formação clássica-literária” (Valente, 1999, p.131), sendo suas obras referências da matemática escolar no Brasil durante longo período.

Analisando a 5ª edição (1879) da obra *Elementos de Arithmetica compilados por C.B. Ottoni docente jubilado de Mahematica* verifica-se o destaque e a justificativa da obra no prefácio:

Foi este livro destinado originalmente ao uso da Academia de Marinha.

Mas, adoptado por outros estabelecimentos de instrucção superior e secundaria, dediquei-me com crescente fervor ao seu melhoramento; e já a 2ª edição continha grande numero de modificações e correccções filhas de minhas observações e experiencia, em 22 annos de magisterio.

Fiz o que pude para ainda melhorar a presente 3ª edição: e visto que todo o trabalho posterior á primeira, teve em vista o facto de haver sido o meu compendio adoptado e seguido no collegio de Pedro II desde o anno de 1856, parece-me hoje de justiça, que seja equiparado aos que por commissão do governo tem sido organisados por distintos professores, para uso dos alumnos daquelle estabelecimento.

Ao capitulo das decimaes, está annexo uma exposiçáo do systema metrico, sufficiente para a sua intelligencia e pratica, na provisáo da reforma tentada por uma lei, que a camara vitalicia já adoptou.

O trabalho typographico não desmerece dos que tanto acreditáo as officinas dos editores (OTTONI, 1879).

Esclarece assim Ottoni a dedicação por modificar o livro adotado em grande parte do Brasil, baseado nas suas experiências de magistério. Divide a obra em duas partes com oito capítulos, a saber: Operações sobre os números inteiros; Frações; Complexas;

Decimais; Propriedades gerais dos números; Potências e raízes; Razões e proporções; Progressões e logaritmos. O anexo comentado no prefácio refere-se ao *Systema metrico adoptado no Imperio do Brasli* escrito por César de Rainville, Engenheiro Civil na Província do Espírito Santo, datado do ano de 1866. Rainville destaca que:

Depois que a Lei de 26 de Junho de 1862 introduzio o systema metrico no Brasil, tornou-se de summa necessidade que todos os homens se familiarisem com os calculos pelo systema decimal, assim como com os novos pesos e medidas, que não tardarão a substituir na vida commum os pesos e as medidas usadas actualmente, como nas relações officiaes já os tem substituído. Para facilitar ao povo o meio de familiarisar-se com as novas medidas, e de aprender a calcular e contar pelo systema decimal e a maneja-lo facilmente, achei as explicações precedentes necessarias, e julgo-as ao alcance de todos (RAINVILLE, 1866, in: OTTONI, 1879).

Quando o Sistema Métrico Decimal de Pesos e Medidas passou a ser adotado por determinação do governo imperial, a partir de 1º de julho de 1873, em Sergipe, era Manuel Luiz Azevedo Diretor da Instrução Pública. Este fez imprimir, na tipografia do *Jornal do Aracaju*, sob sua direção, o *Compendio Elementar do Sistema Métrico Decimal*, copilado pelo Capitão de Infantaria Manuel da Silva Rosa Júnior. Os jornais da cidade de Aracaju divulgavam a venda do compêndio no valor de 1\$000 o exemplar. Declara Araújo (1966) que o Sistema Métrico de Pesos e Medidas já estava admitido nas repartições públicas da Província de Sergipe desde 1º de junho de 1870: "Os homens das ciências, os comerciantes, todos confessavam vantagens do padrão universal de moedas, pesos e medidas" (ARAÚJO, 1966, p.128).

Sobre o tema relata Valente (1999) que no ano de 1833 o Governo Imperial instituiu uma comissão para estudar o novo sistema de pesos e medidas francês, com vistas a adotá-lo no Brasil. Candido Batista de Oliveira, membro dessa comissão, reeditou em 1863 *Compêndios de Aritmética*, apelando para que o Sistema Métrico Decimal fosse adotado legalmente no Brasil (cf. VALENTE, 1999, p.125).

Sabe-se que as obras de Cristiano Benedito Ottoni alcançaram sucesso, sendo adotadas em vários liceus provinciais. O curso de *Aritmética* teve uma tiragem de 6000 exemplares em duas edições, *Álgebra*, 5600 exemplares em duas edições, *Geometria* registrou 7000 exemplares em três edições, *Elementos de Geometria* no ano de 1896 estava na 8ª edição (VALENTE, 1999, p.146).

Não obstante serem os livros compilados por Ottoni referência para o ensino da matemática escolar no Brasil na segunda metade do século XIX, na primeira reunião da Congregação do Atheneu Sergipense que o professor da cadeira Tito Augusto Souto de Andrade participou (30/03/1871), foi contrário às determinações impostas pelo Regulamento do Atheneu Sergipense. Requereu que fosse reformulado o Estatuto, visto que na ocasião de sua confecção não estavam presentes mais de quatro professores, de um total de oito, não sendo eles ouvidos a respeito. Dizia ainda não estar de acordo, com compêndios adotados para sua cadeira, pois não o haviam consultado para tal determinação. As primeiras tensões ocorrem justamente em torno do elemento compêndio a ser adotado para as aulas de *Aritmética*, *Álgebra* e *Geometria*.

No entanto, apesar do protesto do professor, as obras de Benedito Ottoni permaneceram em uso até o ano de 1874, quando passaram a ser adotados os de Macedo Costa e no ano de 1888 os de Bernardo Alves Carneiro. Possivelmente, o "compendio de Carneiro" é referência a *Elementos de Geometria*, de A.M. Legendre, traduzido na sua 26ª edição por Bernardo Alves Carneiro, aluno da Escola Politécnica e professor de Matemática. Diz-se possivelmente por não encontrar maiores informações a respeito do nome do autor e da obra adotada no Atheneu Sergipense. Há citações do mesmo em Schubring (2003, p.92), Almeida (2000, p.162) e Tambara (2003, p.67). Bernardo Alves Carneiro escreveu: *Aritmética Elementar*, 1878, Rio de Janeiro, J.G. de Azevedo; *Curso de Matemática*, Rio de Janeiro, S.J. Alves; *Pontos de Aritmética*, Serafim José Alves (TAMBARA, 2003, p. 67).

Até o ano de 1892, para os estudos de *Aritmética* no Atheneu Sergipense, foram adotados os compêndios de Bernardo Carneiro; para *Geometria*, os de Cristiano Ottoni; e para *Álgebra*, os do professor catedrático de Matemática do Colégio de Pedro II, Luiz Pedro Drago. Pedro Drago escreveu *Apostilhas de Álgebra* (1869) para ser por ele utilizada como guia para suas aulas, substituindo

o texto de *Álgebra* de Benedito Ottoni, declara Valente (1999). No Atheneu Sergipense as fontes indicam a obra de Drago apenas no ano de 1892. As fontes revelam ainda que as obras de Sá Pereira e Cunha foram as adotadas para os estudos de Aritmética e Álgebra no Atheneu Sergipense no ano de 1903, permanecendo os de Cristiano Ottoni para os estudos de Geometria e Trigonometria.

Valente (1999), analisando os compêndios de Matemática adotados no Brasil, conclui como duas as tendências para a escrita da matemática escolar no final do século XIX:

Uma é a de, ao criticar a herança deixada por Ottoni, tomá-la como obra que precisa de atualização científica. Assim, diante de conteúdos já clássicos, sobretudo da Aritmética, os autores passam a escrever textos com uma preocupação de reestruturar os conteúdos de modo a incluir novos temas. Essa tendência segue a tradição de escrita de livros didáticos não para os alunos, e muitas vezes nem para os professores, mas para o meio intelectual dos próprios autores.

A outra tendência é a escrita dos didáticos para uso dos alunos. Ou pelo menos, para uso do professor em sala de aula. A escrita de didáticos para uso dos alunos, para aprendizes, revela uma tendência mundial de época, final do século XIX, quando ganha cada vez mais destaque a preocupação com a didática das matemáticas. De certo modo incluem nessa tendência as apostilhas elaboradas para os exames de preparatórios. Essas sim, como textos que diretamente iam às mãos dos alunos (VALENTE, 1999, p.169).

A preocupação com a didática da matemática, com a forma de ministrar as aulas e abordar os conteúdos é revelada nas peças legislativas de Sergipe no início do século XX. O ensino no Atheneu Sergipense, "regido pelos mesmos programmas adoptados no *Gymnasio Nacional*", trouxe à cena, pelo Decreto 543, de 9 de outubro de 1906, características distintas dos demais, com comentários pedagógicos e indicativos de método. Chama a atenção o cuidado, ou talvez a necessidade, que tiveram os legisladores de reunir, na mesma peça legal, os conteúdos de cada disciplina, a forma didática em que os professores deveriam desenvolver suas

atividades, enunciando não apenas “o que” devia ser ensinado, os limites de conteúdos, mas também “o como”, restringindo sem dúvida o potencial criativo inerente a cada professor, que almejasse extrapolar aquelas indicações. Deviam, portanto observar fielmente preceitos metodológicos fundamentais para cada cadeira. No entanto, mesmo com tantos detalhes, não apregoa a legislação os compêndios a serem usados nas aulas dos estudos secundários em Sergipe.

O método de ensino defendido para a cadeira de Matemática Elementar estabelece conexões diretas entre a teoria e a prática por meio da resolução de problemas do cotidiano. Essa preocupação pelo lado prático, utilitário, se fazia presente também a respeito das demais cadeiras, num Movimento Utilitário Social (MARTINS, 1984). O cálculo mental, tão solicitado hodiernamente pelos professores de Matemática, se fazia presente naquele momento como estratégia de ensino, ao que parece habitualmente utilizada, ou pelo menos explicitada na legislação. Os detalhes dos programas permitem afirmar que não se trata de um método calcado em memorização, teorização, mas, ao contrário, de um ensino novo, moderno, prático, articulando os assuntos das matérias antecedentes e conseqüentes. Além dessas orientações, o lente do Atheneu Sergipense não estava impedido de adotar “accessoriamente quaisquer modos pedagogicos, cuja alta conveniencia na transmissão do ensino a experiência haja demonstrado” (Art. 7, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908).

Porém, no Atheneu Sergipense, além do curso de Humanidades havia também o curso Normal. Cabe fazer aqui um destaque ao estudo da Matemática tratado na obra de Baltazar Góes (ALVES, 2006). Muito embora sua produção seja direcionada para o Curso Normal, para os alunos aspirantes à docência, depreendem-se aspectos fundamentais da metodologia defendida dentro de uma obra específica.

Dedicando *Pedagogia* aos alunos da Escola Normal, Baltazar Góes sugeria em 1905 que para o professor ter bom êxito com os resultados do ensino, deveria elaborar uma boa distribuição do tempo, convindo iniciar o ensino da Aritmética pelo processo objetivo do contar: “É pelos números concretos que deve ter principio essa parte da instrução elementar”, defendia Góes (1905, p.90), ancorando-se em Calkins.

Utilizando instrumentos como contador, cubos, esferas, seixos, sementes e tábuas, o aluno ensaiava o "mecanismo admirável da sciencia do calculo", sugeria o autor, pois adquirindo gradativamente as noções de unidade, quantidade e número, estariam os alunos aparelhados para a abstração. Mesmo chegando o tempo de teorizar, o ensino da Aritmética deveria continuar prático, concreto e objetivo, "partindo dos casos para as regras, demonstrações e definições" (GÓES, 1905, p.92).

Defendendo sempre a forma prática de ensinar, Baltazar Góes, fundamentado em Graça Affreixo e Henrique Freire, estabelecia que os princípios elementares da Geometria devessem partir dos estudos das formas das figuras planas, disponibilizando a escola ao professor materiais como sólidos geométricos, sólidos de construção, Tangran Chinês, Quadro de Caravelas. Nesse sentido, verifica-se que as condições materiais nas quais se dá o ensino estão, segundo Chervel (1990), ligadas aos conteúdos disciplinares.

O discurso pedagógico de Baltazar recai sobre o prático, o experimental, o manuseio com variados instrumentos. Do concreto, palpável, real, para a simbologia, representação. "Adquiridas gradativamente as noções de *unidade*, *quantidade* e *numero*, estão os principiantes com o espirito aparelhado para a abstração. Mas, não obstante, até grande desenvolvimento, o estudo continuará prático, concreto, objectivo", (p.92) alerta insistentemente Baltazar Góes. Com o estudo do Sistema Métrico Decimal, ampliava-se o estudo dos Números Fracionários, articulando desta feita os conteúdos, todos a partir do uso prático, com sentido e significado.

Assim, a metodologia, o modo particular de ensinar cada matéria para os alunos do curso Normal, aspirantes ao magistério primário, deveria ser mais prático que teórico e baseado sempre na experimentação. O principal era ter em vista um ensino prático, racional e conveniente por sua eficácia. De acordo com as crônicas de Edilberto Campos, tal preocupação se verificava:

Nosso professor [referindo-se a Severiano Cardoso] era um entusiasta de Frobel e Pestalozzi; ensinava matemática elementar demonstrando: contar sacos empilhados num trapiche, aprender frações com tubos de cartolina de vários tamanhos, armar casinhas de papelão, eram os temas (CAMPOS, 1965, p. 169).

São as ações e o poder do professor no processo da análise de uma disciplina escolar, é o cronista fotografando a prática na sala de aula, considerando a dupla documentação, a dos objetivos fixados e da realidade pedagógica. Tais indícios revelam a configuração do saber matemático nos estudos secundários em Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Sergipe, a circulação de livros evidencia a recepção francesa no desenvolvimento intelectual sergipano. Autores como Chateaubriand, Victor Hugo, Thiers, Balzac, Lamartine, Alexandre Dumas, eram anunciados constantemente nos jornais e à venda nas livrarias as obras recém chegadas da França. Declara Razzini (2000) que a influência francesa em nosso país vinha através de Portugal, pelas traduções portuguesas de obras francesas e pela adesão de escritores lusitanos à cultura da França, "além da grande influência de editores franceses no Brasil, como Plancher, Laemmer e Garnier, até meados da década de 1930, 50% dos livros importados vinham da França" (RAZZINI, 2000, p.22).

Por certo, o movimento da organização dos estudos das Matemáticas ocorreu provocado pelo envolvimento de múltiplos sujeitos: aqueles que defendiam, mesmo no anonimato, suas posições; os legisladores, ao elaborarem os projetos de Leis; a direção da instituição, ao exigir a execução da legislação; os professores, ao ministrarem suas aulas conforme posições e práticas defendidas, adotando esta ou aquela obra; e o próprio corpo discente, que se submetia às exigências dos demais. Cada um desses agentes bem como o conjunto deles, em suas posições, funções e deveres, contribuíram de forma singular para a organização do ensino das Matemáticas.

Por fim, analisar a história de uma disciplina, no caso específico a história da disciplina Matemática, tomando como fonte básica os compêndios adotados permite vislumbrar a configuração desse saber trazendo a tona as relações de poder que se estabeleceram nessa configuração.

ABSTRACT

Chervel (1990) places the teaching contents in the core of the debates on school subjects, whose study benefits from the documentation

available on the compendia adopted exposing the set of knowledge involved. This article aims at investigating the compendia adopted in Math classes using the educational legislation, the Congregation Minutes as well as the press as its source. The first Statute at Atheneu Sergipense (1871) drawn up by the Congregation indicated the compendia to be adopted in the Arithmetic, Algebra and Geometry classes: the legislation stated that students must acquire those of Cristiano Benedito Ottoni, which were used until 1874, and that these should not be replaced "at their will". The law also states that the compendia be submitted to a commission which would analyze their quality and prioritize the ones produced by natives of Sergipe, observing the equality of conditions. According to Sacristán (2000), analyzing the books used in a subject draws us closer to the efficacy of that knowledge, to what was consumed by teachers and students alike. From this perspective, there is evidence from the documentation analyzed that the indicated compendia received restricted denominations, that is, other essential references are not exposed such as the full name of the work, its author, publishing year, or any other piece of identifying information. This makes us infer that those works were known to the social groups who would use them.

Keywords: atheneu sergipense, secondary education, history of disciplines, didactic books, mathematics

RESUMEN

Coloca Chervel (1990) los contenidos de la enseñanza en el centro de las discusiones sobre las disciplinas escolares, beneficiándose tal estudio de la documentación de los resúmenes adoptados que exponen el conjunto de conocimientos. El objetivo de ese artículo es investigar los resúmenes adoptados para uso en las clases de Matemáticas, utilizando como fuentes la legislación educacional, Atas de la Congregación y la prensa. El primer Estatuto de Atheneu Sergipense (1871) elaborado por la Congregación traía la indicación de los resúmenes por adoptarse para las clases de Aritmética, Álgebra y Geometría: los de Cristiano Benedito Ottoni, que permaneció en uso hasta el año de 1874, debiendo ser adquiridos por los alumnos, no pudiendo "a su antojo" sustituirlos, afirma la legislación. Rige todavía la palabra de la

ley que los resúmenes, antes de ser adoptados deberían ser sometidos a una comisión que daría parecer sobre el mérito de los mismos, priorizando los escritos por "sergipanos" en igualdad de condiciones. Para Sacristán (2000), analizar los libros adoptados en una disciplina nos acerca más de efectivizar la llegada hacia aquel saber, del consumido por los profesores y alumnos. Dentro de esas perspectivas, se evidencia de la documentación analizada, que las obras indicadas recibían denominaciones restrictas, o sea, no son expuestas otras referencias esenciales, como nombre completo de la obra, del autor, año de la edición, o cualquier otro dato informativo e identificador, que permite inferir ser obras conocidas de aquel grupamento social que las adoptaría.

Palavras chave: atheneu sergipense, estudos secundarios, historia de las disciplinas, libros didáticos, matemática

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. 2000. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação*. Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. 2005. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária Examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, PUC/SP.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. 2006. *A Pedagogia de Baltazar de Araújo Góes*. In Anais do II Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe.
- ARAUJO, Acrísio Torres. 1966. *Pequena História de Sergipe*. Livraria Regina Ltda, Aracaju.
- CAMPOS, Edilberto. 1965. *Crônicas da passagem do século*.
- CHERVEL, André. 1990. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. In: Teoria & Educação, 2, p. 177-229.
- GÓES, Baltazar. 1905. *Pedagogia - Apostillas de Pedagogia - precedidas de algumas noções de Psychologia colhida de bons mestres*. M.Orosco & C. Rio de Janeiro.
- GOODSON, Ivor. 1998. *Historia del currículum la construcción social de*

Os compêndios das matemáticas ... - Eva Maria Siqueira Alves

las disciplinas escolares. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor.

JULIÁ, Dominique. 2002. Disciplinas Escolares: objetivos, Ensino e Apropriação. In: LOPES, Alice C., MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Disciplinas e Integração Curricular: História e Políticas*. DP&A, Rio de Janeiro.

MARTINS, Maria Antonieta Meneguini. 1984. Estudo da evolução do ensino secundário no Brasil e no Estado do Paraná com ênfase na disciplina de Matemática. Dissertação de Mestrado, UFPR.

OLIVEIRA, Marcus A. Taborda e RANZI, Serlei M Fischer (orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF.

OTTONI, Cristiano Benedito. 1879. *Elementos de Aritmética*. Rio de Janeiro: Eduardo & Enrique Laemmert.

PESSANHA, Eurize Caldas. 2008. História de disciplinas escolares em uma "Escola Exemplar" em Mato Grosso do Sul: possibilidades de uma história da cultura escolar (1939-2002). In: Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação.

_____. 2004. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. In: Revista Brasileira de Educação, n.27.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. 2000. *O expelo da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971)*. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP.

SACRISTÁN, J. Gimeno; e GÓMEZ, A.I. Pérez. 2000. *Compreender e transformar o ensino*. Trad. Ernani F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed.

SCHUBRING, Gert. 2003. *O primeiro movimento internacional de reforma curricular em matemática e o papel da Alemanha*. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (org.) *Euclides Roxo e a modernização do ensino de Matemática no Brasil*, Coleção SBEM, v.1.

SOUZA, Roberto Acízelo de. 1999. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editoras: UERJ, UFF.

TAMBARA, Elomar. 2003. *Bosquejo de um Ostensor do Repertório de Textos Escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas – RS: Seiva Publicações.

VALENTE, Wagner Rodrigues. 1999. *Uma história da matemática escolar no Brasil 1730-1930*. São Paulo: Annablume; FAPESP.

FONTES MANUSCRITAS E LEGISLAÇÃO

Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 a 1916)

Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870

Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871

Decreto 543, 9 de outubro de 1906

Decreto 556, 24 de agosto de 1908

Recebido em 15/11/2008

Aceito em 10/12/2008